



9º SIMULADO

POLÍCIA PENAL-PA

POLÍCIAL PENAL

NOME _____

ATENÇÃO

DURAÇÃO DA PROVA: 4:30 HORAS

ESTE CADERNO CONTÉM 50 QUESTÕES DE MULTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 04 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA A-B-C-D CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO

DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALORES DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	10	0,1
Lei de Execucao Penal	4	0,1
Noções de Direito Administrativo	4	0,1
Noções de Direito Constitucional	4	0,1
Noções de Direito Penal	4	0,1
Noções de Direito Processual Penal	4	0,1
Conhecimento Específicos	20	0,1

BOA PROVA!

Instruções para prova Discursiva

A prova discursiva observará os seguintes critérios e pontuações definidos a seguir:

a) Uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa e Coesão Textual:

a.1) Usa norma culta quanto aos aspectos gramaticais (6 pontos);

a.2) Emprega coesão textual (6 pontos);

a.3) Estrutura a frase adequadamente (5 pontos);

a.4) Emprega pontuação corretamente (6 pontos);

a.5) Utiliza ortografia e acentuação gráfica correta (6 pontos).

b) Domínio do Conteúdo e Argumentação pertinente ao Tema:

b.1) Apresenta adequação ao tema proposto (7 pontos);

b.2) Demonstra adequação à tipologia textual (7 pontos);

b.3) Apresenta coerência textual – texto completo com início, desenvolvimento e fim, sem contradições (7 pontos).

Ao candidato que incorrer em erro na prova discursiva, será realizado o seguinte desconto da pontuação da mesma:

a) 1,0 (um ponto) para cada erro referente aos critérios previstos nos subitens de a.1 até a.5.

b) 3,5 (três e meio pontos) para o caso de haver tangenciamento ao tema proposto no subitem b.1 ou para o caso de haver apenas a expressão parcial ao solicitado nos subitens de b.2 e b.3 do mesmo subitem.

A falta de contemplação a qualquer dos critérios previstos nos subitens de b.1 até b.3 acarretará pontuação igual à 0 (zero) ao critério respectivo.

A prova discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma. Não serão corrigidas as redações com menos de 20 linhas, sendo atribuída nota 0 (zero) às mesmas.

Proposta de Redação**O que é Prisão em Flagrante?****Prisão em flagrante**

É importante esclarecer, para que se possa evitar qualquer equivoco, que existem duas modalidades de prisão. A primeira forma de prisão se dá por meio de sentença penal condenatória transitada em julgado, à sentença definitiva na qual uma determinada pessoa é submetida a privação da sua liberdade. Tal pena encontra amparo na parte geral do Código Penal, mais precisamente na Lei de Execuções penais nº 7.210/84. Nesse caso, o réu começa a cumprir a sua pena em regime fechado, semi-aberto ou aberto, podendo progredir do regime mais severo para o mais brando, desde que cumprida parte da pena e for demonstrado bom comportamento.

No que tange a segunda modalidade de prisão, que é o foco deste artigo, temos a **prisão em flagrante delito**. Trata-se de uma prisão processual com fundamento no artigo 5, inciso LXI da nossa lei maior, a Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Código de Processo Penal nos artigos 301 a 310.

Vale destacar que a prisão em flagrante é a única modalidade da privação de liberdade permitida por lei, além da prisão por mandado judicial escrito e fundamentado, como bem demonstra a nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. "In verbis":

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Segundo Alexandre Cebrian Araújo Reis e Victor Eduardo Rios Gonçalves em sua Doutrina Direito Processual Penal Esquematizado, a prisão em flagrante pode ter uma breve duração. Vejamos:

Aliás, após o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão decorrente do flagrante passou a ter brevíssima duração, pois o delegado enviará ao juiz cópia do auto em até 24 horas após a prisão, e este, imediatamente, deverá convertê-la em preventiva ou conceder liberdade provisória (REIS; GONÇALVES. p. 357, 2012).

Com base no texto exposto acima, responda algumas indagações sobre a prisão em flagrante:

1 - Cite as características da prisão em flagrante;

2 - Quais suas modalidades e suas consequências;

3 - Qual o destino que a autoridade judiciária dará para a prisão em flagrante.

Rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

LÍNGUA PORTUGUESA

A casa, a rua e o trabalho

Observe-se uma cidade brasileira. Nela, há um nítido movimento rotineiro. Do trabalho para casa, de casa para o trabalho. A casa e a rua interagem e se complementam num ciclo que é cumprido diariamente por homens e mulheres, velhos e crianças. (...) Há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua — onde estão, teoricamente, o trabalho, o movimento, a surpresa e a tentação.

É claro que a rua serve também como o espaço típico do lazer. Mas ela, como um conceito inclusivo e básico da vida social — como “rua” — é o lugar do movimento, em contraste com a calma e a tranquilidade da casa, o lar e a morada.

De fato, na casa ou em casa, somos membros de uma família e de um grupo fechado com fronteiras e limites bem definidos. Seu núcleo é constituído de pessoas que possuem a mesma substância — a mesma carne, o mesmo sangue e, conseqüentemente, as mesmas tendências. Tal substância física se projeta em propriedades e muitas outras coisas comuns. A idéia de um destino em conjunto e de objetos, relações, valores (as chamadas “tradições de família”) que todos do grupo sabem que importa resguardar e preservar. Disse que isso se chamava “tradição”, e é assim que normalmente falamos desses símbolos coletivos que distinguem uma residência, dando-lhe certo estilo e certa maneira de ser e estar. Mas tais valores podem também ser chamados de “honra” e “vergonha”, pois as famílias bem-definidas e com alto sentido de casa e grupo são coletividades que atuam com uma personalidade coletiva bem-definida. De tal ordem que elas são uma “pessoa moral”, algo que age unitária e corporativamente, como um indivíduo entre outros.

DaMatta, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991

01) A expressão “De fato”, ao introduzir o terceiro parágrafo do texto, tem a função de:

- A) negar todas as afirmações feitas no parágrafo anterior.
- B) comparar as características dos dois espaços — o da rua e o da casa.
- C) acentuar a verdade do que já foi dito para apresentar novos argumentos.
- D) apresentar aspectos positivos na vida das pessoas que não saem de casa.

02) O pronome “lhe” pode assumir diferentes papéis sintáticos. Observe os períodos abaixo e assinale a alternativa em que **lhe** é adjunto adnominal:

- A) “... anunciou-lhe: Filho, amanhã vais comigo.”
- B) O peixe caiu-lhe na rede.
- C) Ao traidor, não lhe perdoaremos jamais.
- D) Comuniquei-lhe o fato ontem pela manhã.

03) O verbo haver apresenta vários sentidos. Em alguns casos é impessoal, em outros casos não. Marque a alternativa em que ele esteja atuando como pessoal.

- A) A forte chuva provocou grandes enchentes. Há pessoas desabrigadas e feridas em várias regiões do país.
- B) Havia contraído a doença naquela região, uma criança menor de 10 anos.
- C) Há a formação desejada da equipe para a atuação em pesquisas.
- D) Durante muitos anos, houve um forte indício de violência animal.

04) O Manual da Presidência da República teve sua última atualização em 2018. Algumas mudanças foram firmadas, dentre as quais podemos dizer que

- A) foram abolidas formalidades como “Ilustríssimo” e “Digníssimo”.
- B) foram abolidos os modelos Aviso e Memorando, cristalizando o Ofício como o modelo padrão a ser usado nas comunicações oficiais.
- C) a consagração dos fechos Atenciosamente e Respeitosamente, já que antes eram tomados como uso facultativo.
- D) a impessoalidade e a formalidade foram as características elevadas às mais importante e de maior teor dentro de um documento oficial.

05) O bom emprego da pontuação é de extrema importância para que haja um esperado entendimento do texto. Marque a alternativa em que o mau uso da vírgula ocasionou problema para a construção.

- A) As denúncias foram levadas ao juiz, e traduziam a perversidade de conduta dos empregadores.
- B) João Batista ficou aqui para sanar os problemas, e Maria das Dores foi para casa resolver as brigas.
- C) Esse garoto se dedicou muito mesmo, e não foi aprovado no vestibular.
- D) A grande festa estava mesmo sendo preparada. Carla preparava os doces, e Matheus enchia os balões.

06) No que concerne à ortografia oficial, marque a alternativa em desacordo com a norma culta.

- A) A dona de casa providenciou novos eletrodomésticos para a cozinha. O último sinistro Foi com o microondas, que queimou depois de um forte relâmpago.
- B) A autoescola oferecia bons descontos para aqueles que pretendiam participar das aulas e alcançar uma profissão tão necessária para a sociedade: motorista.
- C) A vacinação nas praças públicas aconteceu durante todo o dia. Para cães e gatos a antirrábica aconteceu somente pela manhã.
- D) O autorretrato confeccionado pelo artista representou a sociedade dominada pelos colonizadores brancos.

07) Marque a alternativa em que o acento indicativo de crase foi mal empregado.

- A) Aqueles povos estavam à procura de dias melhores.
- B) Todos estavam à espera da cura da doença que tomou conta daquela região.
- C) À medida que foi tomada pela construtora não atendia aos padrões estabelecidos.

D) Preparamos um saboroso prato à moda da casa, agradando ao público visitante.

08) A sintaxe é a parte da língua portuguesa que estuda as funções do termo dentro do texto. Marque a alternativa em que o termo destacado seja um adjunto adnominal.

A) Os turistas ficavam admirados com a beleza natural daquele lugar. A árvore de maçã era inigualável em pomposidade.

B) A construção de Brasília em 1960 por equipes do governo federal foi um marco na região central do país.

C) As crianças órfãs e abandonadas daquela tumultuada região têm medo da violência instalada no lugar.

D) O pensado roubo da geladeira da Casa Imperial provocou grande revolta por parte dos moradores e dos visitantes.

09) A contração é a maneira natural utilizada pelo falante com o propósito de facilitar a produção escrita e a oral. Marque a alternativa em que há exemplo desse fenômeno.

A) Os promesseiros caminhavam firmes e veementes com o propósito de alcançar o local sagrado.

B) As apresentações musicais de diversas regiões aconteciam enquanto o Sol raiava e a noite se despedia.

C) Os servidores protestavam nas ruas e pediam melhorias salariais a fim de que pudessem sustentar suas famílias com dignidade.

D) a notícia publicada chamou a atenção de todos os moradores e fez com que as regiões vizinhas ficassem solidárias ao acontecimento.

10) O Manual de Correspondência Oficial é a base para a normatização dos documentos oficiais redigidos pelo Poder Público e para isso algumas informações devem ser respeitadas, exceto

A) Obrigatoriedade de emissor, receptor e mensagem, sendo que o emissor só pode ser o serviço público.

B) O preenchimento do campo assunto é obrigatório e deve conter de 4 a 5 palavras e não pode haver verbo.

C) Padronização, clareza e concisão são características da correspondência oficial e tratam, dentre outras coisas, do emprego do pronome de tratamento, da transparência de ideias e da objetividade.

D) O vocativo empregado nas correspondências oficiais é de caráter obrigatório e, para os chefes de poder, emprega-se o tratamento Senhor seguido do cargo.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

11) Assinale a alternativa correta em relação às disposições da Lei de Execução Penal:

A) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.

B) Considera-se egresso, nos termos da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da saída do estabelecimento penal.

C) A direção do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada, poderá incluir o preso no regime disciplinar diferenciado.

D) O produto da remuneração do trabalho do preso deverá atender ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada.

12) Analise as afirmativas abaixo, de acordo com a lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

I - O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das leis do trabalho.

II - A prestação de trabalho externo a ser autorizada pela Direção do Estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento de um sexto da pena.

III - Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que fugir.

IV - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou aberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

V - O tratamento ambulatorial, previsto no art. 97, segunda parte do Código Penal, será realizado no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.

Assinale a opção correta.

A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

B) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

C) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

D) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

13) De acordo com as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

A) a Colônia Agrícola, Industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime aberto.

B) a Casa do Albergado destina-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime semiaberto, e da pena de limitação de fim de semana.

C) os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para a saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, no caso de visita à família.

D) as penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma entidade federativa não podem ser executadas em outra unidade, seja em estabelecimento local ou da União.

14) Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias. Considerando os fatos narrados:

A) o fato praticado pelo preso não constitui falta grave.

B) a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado depende de decisão do juízo competente.

C) o preso provisório não está sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

D) a inclusão no regime disciplinar diferenciado não pode ultrapassar o período inicial de 30 dias, apesar da possível prorrogação por igual período.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15) A respeito da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B) Frustrar a licitude de concurso público caracteriza ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- C) A nomeação do agente público fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- D) Será punido com a pena de exoneração, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

16) Sobre o processo administrativo, é correto afirmar que

- A) o processo administrativo deve ser formalista, o que se impõe em observância ao princípio da segurança jurídica.
- B) o requerimento inicial do interessado deve ser, obrigatoriamente, na forma escrita.
- C) o processo pode ser iniciado tanto de ofício como a pedido do interessado.
- D) a competência exercida pelos órgãos administrativos é irrenunciável, cabendo delegação no caso da edição de atos de caráter normativo.

17) Conforme os ditames da lei 8.937, a partir do artigo 30 que trata sobre o curso de formação na Seap:

- A) A carga horária será de 200 horas / aula, devendo o candidato ter a nota mínima de 6 e frequência de 75% no curso.
- B) A carga horária será de 300 horas / aula, devendo o candidato ter a nota mínima de 6 e frequência de 75% no curso.
- C) A carga horária será de 350 horas / aula, devendo o candidato ter a nota mínima de 6 e frequência de 75% no curso.
- D) A carga horária será de 400 horas / aula, devendo o candidato ter a nota mínima de 6 e frequência de 75% no curso.

18) No Direito Administrativo, não há um entendimento unânime se o que veio cronologicamente primeiro foi o Estado ou foi a sociedade. Atualmente, porém, é correto afirmar que a Administração Pública

- A) integra o Estado, que é um ente personalizado.
- B) pertence à sociedade, mas não ao Estado.
- C) tem vínculo moral com o Estado, mas não com a sociedade.
- D) é composta juridicamente pela sociedade, que é representada pelo Ministério Público.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

19) Constitui crime inafiançável e imprescritível:

- A) Racismo e ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- B) Racismo e tortura;
- C) Crimes hediondos e tráfico de drogas;
- D) Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e terrorismo.

20) Jorge nasceu no Brasil, filho de pai brasileiro e mãe estrangeira. A sua Mãe é americana e estava a serviço do seu país no momento do seu nascimento. Nos termos da Constituição Federal brasileira, Jorge será considerado:

- A) Naturalizado;
- B) Nato;
- C) Estrangeiro;
- D) Apátrida.

21) Assinale a alternativa que apresenta uma competência da Câmara dos Deputados:

- A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- B) autorizar referendo e convocar plebiscito;
- C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

22) O Presidente ficará suspenso de suas funções:

- A) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;
- B) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pela Câmara dos Deputados;
- C) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Senado Federal;
- D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

23) De acordo com o conceito analítico, o crime é composto por fato típico, ilicitude e culpabilidade. Sobre o tema tipicidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não se pune a tentativa quando, por absoluta impropriedade do objeto ou por ineficácia absoluta do meio, é impossível consumar-se o crime.
- B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, se invencível, exclui dolo e a culpa, enquanto que, se vencível exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- C) A tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, salvo disposição expressa em contrário.

D) O arrependimento posterior ocorre quando, nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente, por ato voluntário, repara o dano ou restitui a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, resultando na redução da pena de um a dois terços.

24) Sobre a antijuridicidade, a culpabilidade e suas excludentes, julgue os itens abaixo, assinalando a alternativa correta:

- A) O estado de necessidade tem como um de seus pressupostos uma agressão injusta.
- B) A alegação de estado de necessidade é vedada caso a situação de perigo tenha sido causada voluntariamente pelo próprio agente.
- C) A legítima defesa pode ser exercida contra terceiro inocente.
- D) A coação física irresistível e a obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico excluem a culpabilidade.

25) Considere que Alexandre R, maior e capaz, induz Luã M, penalmente imputável de 17 anos, a praticar ato infracional análogo ao crime de roubo. Relativamente à responsabilização de Alexandre R, assinale a alternativa correta.

- A) Responderá como partícipe do crime de roubo.
- B) Responderá como coautor do crime de roubo.
- C) Responderá por roubo impróprio praticado em concurso de pessoas.
- D) Não será criminalmente responsabilizado.

26) Leandro P, Policial Penal do Estado do Pará, após receber vantagem indevida em razão de sua função, deixou de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente para que pudesse ser apurada e responsabilizado o autor da infração cometida. Nessa situação hipotética, Caio deverá responder por:

- A) prevaricação
- B) corrupção ativa.
- C) condescendência criminosa.
- D) corrupção passiva.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

27) Leandro e Paula estão sendo investigados pela prática de determinada infração penal. No curso da investigação, fica demonstrado que ambos atuaram na prática do delito, em verdadeira conexão intersubjetiva concursal. Relatado o inquérito policial e enviado ao Ministério Público, este oferece denúncia apenas em relação a Leandro, nada mencionando em relação a Paula. O Magistrado competente para avaliar a denúncia não percebe esse equívoco do Ministério Público e recebe a peça processual, dando início à ação penal exclusivamente em relação a Leandro. Atento à doutrina que aceita o denominado arquivamento implícito do inquérito policial, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O arquivamento implícito ocorre quando há omissão do Ministério Público por não ter imputado na denúncia a autoria do delito praticado pela Paula, bem como do Magistrado por não instar o órgão do MP a se pronunciar sobre todos os fatos e pessoas tratados na

investigação policial.

B) Caso o juiz tivesse percebido o equívoco do membro do Ministério Público, não restaria configurado o arquivamento implícito em relação a Paula.

C) Para que ocorra o arquivamento implícito do inquérito policial, tanto o Ministério Público quanto o Juiz, cada um em sua função processual, não percebem a ausência de um fato investigado ou um dos indiciados na peça inaugural da ação penal.

D) No curso da instrução criminal, caso o Ministério Público perceba o equívoco de não ter oferecido denúncia em relação a Paula, poderá aditar a denúncia para incluir Paula na relação processual.

28) Analise as assertivas abaixo e escolha a resposta CORRETA.

I. Dentre os princípios característicos do processo penal moderno, segundo a doutrina, é correto destacar o do estado de inocência, do contraditório, da verdade real, da oralidade, da publicidade, do juiz natural.

II. A decadência, no processo penal, como perda do direito de propor a ação penal, cabe tanto na ação privada exclusiva como na ação privada subsidiária e na pública condicionada.

III. A conexão, que tem por finalidade a adequação unitária e a reconstrução crítica das provas, segundo a doutrina, distingue-se em material e processual.

IV. A competência por continência será determinada quando a prova de uma infração influir na prova de outra infração.

A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

B) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.

C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

D) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

29) Assinale a alternativa que demonstra hipótese em que o instituto da prevenção NÃO é utilizado para a fixação do foro competente:

A) Quando não houver, mesmo no caso de conexão, foro prevalente, por serem os delitos da mesma categoria de jurisdição e tiverem as mesmas penas.

B) Quando houver mais de uma Vara para a qual o inquérito possa ser direcionado, porém antes da distribuição, algum juiz pratica ato relevante relacionado ao delito investigado.

C) Quando desconhecido o lugar da infração e o réu tiver duas residências.

D) Quando for cometido crime permanente no território de duas ou mais comarcas.

30) A respeito do cumprimento de mandado de prisão, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) durante a diligência respectiva, são admitidas tão somente as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

B) o emprego da força física será admitido apenas na hipótese de tentativa de fuga do preso.

C) devem ser observadas as restrições referentes à inviolabilidade de domicílio, à liberdade de culto e ao respeito aos mortos.

D) somente poderá ser realizado durante o dia, independentemente do local.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) De acordo com da Lei nº 12.850/13, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa incorreta:

A) Para garantir o sigilo das investigações, antes da conclusão da operação de infiltração de agentes, o acesso aos autos é reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação.

B) No acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais houver concorrido e que tenham relação direta com os fatos investigados.

C) A ação controlada na investigação da organização criminosa independe de prévia autorização judicial e parecer ministerial.

D) Devido à colaboração relevante de preso para a identificação da organização criminosa nos autos do inquérito policial, o delegado, com a manifestação do Ministério Público, poderá requerer ao juiz pela concessão de perdão judicial.

32) De acordo com da Lei nº 12.850/13, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa incorreta:

A) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

B) Em face dos indícios de participação de policiais nos crimes noticiados, as respectivas corregedorias de polícia deverão instaurar inquérito policial e comunicar ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.

C) Em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do colaborador e a eficácia da colaboração.

D) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

33) De acordo com da Lei nº 12.850/13, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa incorreta:

A) O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

B) As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, acesso direto e permanente do juiz,

do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.

C) A instrução criminal deverá ser encerrada em prazo razoável, o qual não poderá exceder a 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis em até igual período, por decisão fundamentada, devidamente motivada pela complexidade da causa ou por fato procrastinatório atribuível ao réu.

D) O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, sendo prescindível autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.

34) De acordo com da Lei nº 9.613/1998, incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos ilícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores correspondentes aos verdadeiros.

É incorreto o que se afirma

A) apenas em I e III.

B) apenas em I e II.

C) apenas em III.

D) em I, II e III.

35) De acordo com da Lei nº 9.613/98, analise o trecho da lei e marque a alternativa que preencha corretamente as lacunas:

Art. 4º-A., §3º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão ou pregão, _____ eletrônico, por valor não inferior a _____ % da avaliação.

A) obrigatoriamente – 75%

B) preferencialmente – 60%

C) obrigatoriamente – 80%

D) preferencialmente – 75%

36) De acordo com da Lei nº 9.613/98, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

A) No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor ad hoc.

B) A denúncia será instruída com indícios suficientes da autoria da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

C) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público

ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em quarenta e oito horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.

D) O processo e julgamento dos crimes de Lavagem de Capitais independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.

37) Sobre o crime de tortura e com base na lei 9.455/97, marque a alternativa correta.

A) Considere que três policiais militares, denunciados por um cidadão por corrupção ativa, sejam excluídos da corporação, após o devido processo legal. Revoltados com a denúncia, sequestram o denunciante e, durante um breve espaço de tempo, imponham-lhe intenso sofrimento físico e mental, com a finalidade de vingança. Nessa situação, a conduta dos três agentes caracterizará o crime de tortura, com aumento de pena decorrente da privação da liberdade da vítima.

B) O artigo que tipifica o crime de maus-tratos previsto no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei da Tortura, visto que o excesso nos meios de correção ou disciplina passou a caracterizar a prática de tortura, porquanto também é causa de intenso sofrimento físico ou mental.

C) A prática do crime de tortura torna-se atípica se ocorrer em razão de discriminação religiosa, pois, sendo laico o Estado, este não pode se imiscuir em assuntos religiosos dos cidadãos.

D) O delito de tortura também pode ser praticado através de uma conduta negativa do agente.

38) Com referência às normas previstas na Lei de Tortura, marque a alternativa incorreta:

A) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

B) A lei de tortura aplica-se somente quando o crime tenha sido cometido em território nacional.

C) O condenado por crime de tortura, salvo os casos de crime de omissão, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

D) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

39) De acordo com da Lei nº 13.869/2019, analise as afirmativas a seguir. Constituem crimes de Abuso de Autoridade:

I. Constranger, sob violência ou grave ameaça, funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa cujo óbito já tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração.

II. Proceder à obtenção de prova, em procedimento de

investigação ou fiscalização, por meio manifestamente lícito.

III. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresse amparo legal.

É correto o que se afirma

A) apenas em I e III.

B) apenas em I e II.

C) apenas em III.

D) em I, II e III.

40) De acordo com da Lei nº 13.869/2019, analise as afirmativas a seguir:

I. Aplicam-se ao processo e ao julgamento dos delitos previstos nesta Lei, no que couber, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

II. As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

III. Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, até antes da sentença, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal. A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

É correto o que se afirma

A) apenas em I e III.

B) apenas em I e II.

C) apenas em III.

D) em I, II e III.

41) Sobre a lei Anticorrupção, marque a alternativa incorreta.

A) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

B) Competem à Controladoria-Geral da União - CGU a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei, praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no Artigo 4 da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

C) O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, salvo busca e apreensão.

D) A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da

publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

42) Sobre a lei Anticorrupção, o acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

II. a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;

III. a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

É correto o que se afirma

A) apenas em I e III.

B) apenas em I e II.

C) apenas em III.

D) em I, II e III.

43) A Resolução Conjunta n. 1/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, define parâmetros de acolhimento à população LGBT em privação de liberdade no Brasil. Sobre a referida Resolução, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Cisgênero, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP.

B) A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade tem o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu gênero.

C) O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter o nome social da pessoa presa.

D) As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.

44) A Resolução Conjunta n. 1/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, define parâmetros de acolhimento à população LGBT em privação de liberdade no Brasil. Sobre a referida Resolução, assinale a alternativa incorreta.

A) Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

B) O Estado deverá garantir a capacitação continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais considerando a perspectiva dos direitos humanos e os princípios de igualdade e discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

C) A transferência da pessoa presa para o espaço de

vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

D) Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

45) A Resolução Conjunta n. 1/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, define parâmetros de acolhimento à população LGBT em privação de liberdade no Brasil. Sobre a referida Resolução, assinale a alternativa incorreta.

A) A transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes.

B) Será garantido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge ou companheiro do mesmo sexo.

C) Será garantido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissional sob a responsabilidade do Estado.

D) À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres primários de acordo com sua identidade de gênero.

46) Assinale a alternativa que não contenha um dos objetivos da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), prevista na Portaria Interministerial n. 210/2014-MJ/SPM.

A) Aprimorar a qualidade dos dados constantes nos bancos de dados do sistema prisional brasileiro, contemplando a perspectiva de gênero.

B) fomentar e desenvolver pesquisas e estudos relativos ao encarceramento feminino.

C) promover, pactuar e incentivar ações integradas e intersetoriais, visando à complementação e ao acesso aos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal e Lei de Execução Penal, voltadas às mulheres privadas de liberdade e seus núcleos familiares.

D) induzir para o aperfeiçoamento e humanização do sistema prisional feminino, especialmente no que concerne à arquitetura prisional e execução de atividades e rotinas carcerárias, com atenção às diversidades e capacitação única de servidores.

47) Assinale a alternativa que não contenha uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), prevista na Portaria Interministerial n. 210/2014-MJ/SPM.

A) fomento à participação das organizações políticas no controle social desta Política, bem como nos diversos planos, programas, projetos e atividades dela decorrentes.

B) humanização das condições do cumprimento da

pena, garantindo o direito à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial e demais direitos humanos.

C) incentivo à formação e capacitação de profissionais vinculados à justiça criminal e ao sistema prisional, por meio da inclusão da temática de gênero e encarceramento feminino na matriz curricular e cursos periódicos.

D) fortalecimento da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

48) A portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME, onde determina que o Comitê Gestor será composto por representantes, titulares e suplentes, do Departamento Penitenciário Nacional sendo estes, dentre outros, exceto:

- A) Coordenação do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal.
- B) Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional.
- C) Coordenação da Cultura.
- D) Coordenação de Educação.

49) A portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME, onde dispõe sobre o Comitê Gestor. Marque a alternativa correta:

- A) Os representantes titulares e seus suplentes serão designados por ato do Diretor-Geral do DEPEN, após indicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
- B) Deverão ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades públicas e privadas, federais e estaduais, com atribuições relacionadas à PNAME.
- C) Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Comitê Gestor da PNAME, para fins de monitoramento e avaliação de seu cumprimento.
- D) A participação no Comitê Gestor é considerada prestação de serviço público relevante e remunerada.

50) A portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME, onde determina que são metas da PNAME, exceto:

- A) acesso à saúde em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e as políticas de atenção à saúde da criança, observados os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde -

SUS, bem como o fomento ao desenvolvimento de ações articuladas com as secretarias estaduais e municipais de saúde, visando o diagnóstico precoce e tratamento adequado, com implantação de núcleos de referência para triagem, avaliação inicial e encaminhamentos terapêuticos, voltados às mulheres com transtorno mental.

B) acesso à educação em consonância com o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional e as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, associada a ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas.

C) acesso à assistência jurídica integral para garantir a ampla defesa e o contraditório nos processos judiciais e administrativos relativos à execução penal, viabilizando o atendimento pessoal, sempre por intermédio da Defensoria Pública ou pela realização de parcerias.

D) acesso a atendimento psicossocial desenvolvido no interior das unidades prisionais, por meio de práticas interdisciplinares nas áreas de dependência química, convivência familiar e comunitária, saúde mental, violência contra a mulher e outras, as quais devem ser articuladas com programas e políticas governamentais.